

### Novos traços nas famílias da América Latina

Importantes alterações demográficas estão a acontecer nas famílias latino-americanas. Como aconteceu antes noutras regiões, os latinos estão a aproveitar o “dividendo demográfico”, um ciclo histórico de aproximadamente 40 anos, que se produz quando a população economicamente ativa (18-65 anos) supera a população dependente (crianças e idosos) elevando os índices de produção e consumo, num clima de aparente prosperidade.

#### Queda da fecundidade

A Europa, a América do Norte e a Ásia experimentaram o seu bónus demográfico com a queda das suas taxas de fecundidade, e aproveitaram as circunstâncias para fortalecer os seus sistemas de Segurança Social e acelerar o seu crescimento económico. Na América Latina, a redução da fecundidade produziu-se ao dobro da velocidade que acontecera nos países desenvolvidos. Nos anos 60, uma família latina tinha uma média de 6 filhos e, atualmente, este número diminuiu, em média, para 2,2; isto enquanto alguns países já se encontram abaixo do nível de substituição das gerações (2,1 filhos por mulher): é o caso do Chile (1,9), Brasil (1,8) e Costa Rica (1,8).

Numa reunião familiar no Peru, por exemplo, é comum encontrar uma bisavó que teve 8 filhos. Estes filhos converteram-se em pais de não mais de 4 crianças. Estes netos, agora adultos, têm 2 filhos em média, 73% fora do casamento, como solteiros ou em união de facto.

Os efeitos desta mudança social acelerada são preocupantes principalmente na perspetiva demográfica e, sobretudo, económica. Mas pouco se discute o impacto social na vida familiar que terá (e já está a acontecer) a existência dos fenómenos relacionados com a “segunda transição demográfica” (STD): o aumento da união de facto, a maternidade na situação de solteira e o divórcio, a redução do número de casamentos e o adiamento da paternidade.

### Menos casamentos e mais uniões de facto

Embora a união de facto tenha origens históricas e culturais que podem encontrar-se na herança das colónias africanas, nos costumes andinos e amazónicos de começar uma nova família sem formalizar juridicamente a união conjugal, o *boom* da união de facto na América Latina inicia-se nos anos 70, segundo Teresa Martín-Castro, investigadora do Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha. A expansão da união de facto começou nas classes socioeconómicas baixas e alargou-se para as mulheres com maiores níveis de escolaridade, ao ponto de se converter num quadro legítimo e socialmente aceite para ter e criar filhos.

Em regiões como Ásia e Médio Oriente, onde ainda existe uma forte cultura matrimonial, a união de facto e a maternidade extra-casamento apresentam percentagens mínimas. O contrário acontece na América Latina. Esta região encontra-se nos últimos lugares no índice do número de casamentos (casamentos realizados por cada mil habitantes) e no topo nos níveis de união de facto e de maternidade fora do casamento, segundo o relatório “Mapa Mundial da Família 2013”, que inclui indicadores de 44 países.

Nesta amostra, a Colômbia ocupa o primeiro lugar, com 35% dos seus adultos em união de facto e com 85% do total dos nascimentos ocorridos fora do casamento. Não é um caso isolado: semelhantes indicadores mostram Peru, Chile, Brasil, Argentina, Bolívia e México. Enquanto no Egito ou Indonésia se realizam mais de 8 casamentos por cada mil habitantes, na Colômbia e no Peru, o índice respetivo é inferior a 3.

Albert Esteve e um grupo de investigadores registaram o acelerado aumento da união de facto entre mulheres de 25-29 anos, grupo etário que geralmente completou os seus estudos superiores (ver tabela inserida em “Aceprensa”, de 24.7.2013). Em 2010, esta união de facto ultrapassava os 65% no Panamá, Uruguai e Argentina. Martín-Castro acrescenta que, na região sul do continente, se instaurou um sistema dual de fecundidade (matrimonial e extramatrimonial) em todos os estratos sociais, mas com especial intensidade nas mulheres mais jovens, de escassa escolaridade formal e rendimentos.

Porcentaje de mujeres convivientes (25-29 años) según diversos censos (1970-2010)					
	1970	1980	1990	2000	2010
Argentina	13,1	14,9	25,8	48,7	66,6
Brasil	7,2	13,3	25,2	45,5	50,0
Costa Rica	17,0	20,1		38,1	48,5
Ecuador	27,2	29,9	31,3	41,5	47,4
México	16,6		16,2	25,0	37,1
Panamá	58,4	54,9	58,8	70,2	73,9
Uruguay	9,6	14,1	23,6	51,2	70,8

Fuente: Esteve et al., 2013

As taxas de divórcio são menos fiáveis de comparar, em parte por causa do registo defeituoso que é feito nos países latinos. Nestes, o índice de divórcios parece reduzido, pois os casais das uniões de facto não enfrentam um divórcio, mas sim a separação de facto, permanente ou temporária.

### Adiamento da maternidade

A instabilidade das uniões conjugais prejudica diretamente os filhos, e condiciona o seu crescimento sem a presença de ambos os pais biológicos. A África, continente especialmente afetado pela imigração laboral e pela mortalidade causada pelo HIV e pela malária, exhibe os níveis mais elevados de crianças que são criadas por um só pai e órfãs. A América Latina ocupa o segundo lugar em lares monoparentais: 28% na Bolívia, 26% na Colômbia e 24% no Peru. Embora a emigração internacional pudesse ser uma causa, não é a mais relevante, pois muitos países da região sul conseguiram reduzir significativamente os seus níveis de pobreza.

O adiamento do casamento e da paternidade são acontecimentos recentes, cuja expansão está a suceder em sentido contrário ao da união de facto, de cima para baixo. Segundo Esteve, o fenómeno do “adiamento” começa pelos grupos com mais escolaridade e difunde-se pelos que têm menos; e simultaneamente, com a contínua redução dos nascimentos nos grupos de menores rendimentos.

Embora a decisão de formar um lar caiba aos adultos, não se pode minimizar o impacto que tem a estrutura familiar no bem-estar das crianças, apesar de existir escassa evidência para esta região. São abundantes as investigações sobre os benefícios diferenciais que oferece uma família matrimonial intacta nas sociedades desenvolvidas, especialmente nos EUA. As crianças com origem neste tipo de lares têm maiores possibilidades de se converter em adultos produtivos e bem integrados na sua comunidade.

Sobre a América Latina, as interrogações que esta nova fotografia demográfica e familiar suscita são complexas. Não se conhece de modo aprofundado o prejuízo no capital humano e social provocado pela instabilidade familiar. Investigadores identificaram as suas relações com os resultados educativos das crianças e a desigualdade

socioeconómica, mas persistem temas pendentes de especial urgência, como a ligação que poderia haver entre a violência familiar e a alarmante delinquência.

As fontes para este texto foram:

– “Mapa Mundial de la Familia 2013: Los cambios en la familia y su impacto en el bienestar de la niñez” (Universidad de Piura, 2013).

– Castro-Martín, Teresa; Cortina, Clara; Martín García, Teresa; Pardo, Ignacio (2011), “Maternidad sin matrimonio en América Latina: Análisis comparativo a partir de datos censales”, Notas de Población 93 (37-76) (CEPAL: Comisión Económica para América Latina).

– Esteve, Albert; Garcia-Roman, Joan; Lesthaeghe, Lopez-Gay, Antonio (2013), “The ‘Second Demographic Transition’ Features in Latin America: the 2010 Update” (pro manuscripto) (Centre d’Estudis Demogràfics, Universitat Autònoma de Barcelona).

### G. H.

(Instituto de Ciencias para la Familia de la Universidad de Piura)

### União de facto: mulheres e homens não procuram o mesmo

Conviver juntos antes de casar-se é encarado como um passo prévio para se conhecer melhor e evitar assim as uniões infelizes. Mas a união de facto não está isenta de surpresas: sucede muitas vezes que, enquanto elas decidem formalizar a união depois de terem vivido em união de facto, eles não têm particular interesse em comprometer-se para a vida inteira. Revela-o um estudo realizado por dois sociólogos do *think tank* RAND Corporation [Michael Pollard, Kathleen Mullan Harris, “Co-habitation and Marriage Intensity. Consolidation, Intimacy, and Commitment”, Working Papers WR--1001 (Rand Corporation, 2013)].

A partir de uma amostra de 2.068 homens e mulheres de 18 a 26 anos, Michael Pollard e Kathleen Mullan Harris mostram que o nível de compromisso dos casais que vivem em união de facto é menor do que o dos casados. Além disso, é mais provável que, após meses ou anos de união de facto, muitos homens continuem a rejeitar um projeto de vida em comum permanente.

41% dos homens que vivem em união de facto afirmam que não estão “completamente comprometidos” com as suas parceiras, contra 26% das mulheres que declaram o mesmo. Entre os casados, estas percentagens são muito mais baixas: 18% entre os homens e 12% entre as mulheres.

As uniões de facto são as mais pessimistas quanto ao futuro: 52% dos homens e 39% das mulheres que vivem desse modo, têm dúvidas de que a sua relação seja estável. Estas percentagens baixam para 19%, tanto nos homens como nas mulheres, entre os casados.

## A união de facto antes da surpresa

Ao comentar o estudo em “The Atlantic” (8.7.2013), o sociólogo norte-americano Bradford Wilcox faz três advertências aos casais que estão a planear viver juntos antes de casarem:

**Falar sobre o futuro.** Este conselho interessa especialmente às mulheres, pois são elas que têm mais probabilidade de descobrir que o seu parceiro pode não estar interessado num futuro comum. Além disso, devem saber que, para muitos jovens, uma relação longa de união de facto pode ser um obstáculo em vez de um passo prévio para o casamento ou para a decisão de constituir uma família.

**Objetivos comuns.** Como a união de facto serve para objetivos muito variados (um passo prévio ao casamento, uma alternativa a casar-se, uma forma de poupar no aluguer, uma fórmula cómoda para ter relações sexuais...), uma pessoa pode deparar-se com a surpresa de o outro não procurar o mesmo na relação.

**Não “escorregar” para o casamento.** Há algo pior, diz Wilcox, que conviver com alguém que não sabe para onde vai, e é casar-se com essa pessoa. Uma investigação realizada por três psicólogos [Scott M. Stanley, Galena Kline Rhoades, Howard J. Markman, “Sliding Versus Deciding: Inertia and the Premarital Cohabitation Effect”, *Family Relations* 55 (2006): 499-509]. Mostra que um problema frequente entre os casais que vivem em união de facto é o de “escorregarem” para o casamento, devido à pressão da família e dos amigos ou, simplesmente, por inércia, em vez de o fazerem conscientemente. Sem valores comuns e sem um sentido partilhado do compromisso, estes casais são mais propensos a divorciar-se.

Segundo esta investigação, o risco de divórcio é 40% maior entre os casais que vivem em união de facto do que entre os que se casam sem terem passado pela união de facto. O risco diminui se se começa a conviver com a meta clara do casamento, embora seja maior do que o dos que foram diretamente ao altar.

Pensando nos casais que veem a união de facto como um período de teste, Wilcox conclui dizendo que prescindir do sentido do compromisso não é uma boa maneira de começar a construir um casamento estável.

(“The Atlantic”)

## Os custos da desestruturação familiar

O Centre for Social Justice (CSJ) foi fundado em 2004 pelo atual ministro do Trabalho e Pensões do governo de Cameron, Iain Duncan Smith. Nos seus relatórios sobre a sociedade britânica, dedicou particular atenção aos fatores sociais que provocam a pobreza. O relatório publicado recentemente é o que com mais profundidade fixou o foco em como as diferentes estruturas familiares influem no desenvolvimento da sociedade.

Tendo em conta os dados deste estudo, pode afirmar-se que a Grã-Bretanha padece de uma autêntica epidemia familiar, onde é especialmente notório o progressivo desaparecimento do pai. Alguns números ilustram esta situação: mais de três milhões de crianças (aproximadamente 25% de toda a população infantil britânica) vivem em lares monoparentais; a percentagem aumenta à medida que a criança cresce: aos 15 anos, a percentagem de crianças em famílias separadas chega aos 45%; em cerca de 90% destes lares o pai está ausente, e 4 em cada dez crianças criadas somente pela sua mãe (no total, cerca de um milhão) mal contacta o seu pai.

O relatório procura não fazer uma avaliação moral da separação ou do divórcio, mas recorda que as crianças criadas em lares monoparentais (mães separadas ou solteiras por escolha) ou com padrastos, têm duas vezes mais possibilidades de fracassar na escola, sofrer problemas de autoestima e de comportamento. Também aumenta a incidência de gravidezes juvenis, o que por seu turno está associado a futuras famílias frágeis. A percentagem de lares pobres é 2,5 vezes maior nos monoparentais que nos estruturados em torno de um casamento.

O auge da união de facto também é um dado negativo para a estabilidade social, visto que – segundo os dados do relatório – os casais da Grã-Bretanha em regime de união de facto têm três vezes mais probabilidades do que os casais com matrimónio de estarem desfeitos (inclusivamente se mais tarde houve casamento) quando o primeiro filho atingir os cinco anos de idade. Os adultos que vivem em união de facto sem compromisso matrimonial passaram de 2% em 1960, para 16% atualmente; e este tipo de uniões já representa uma em cada quatro famílias com filhos.

## Promessas e complexos dos conservadores

Quando David Cameron chegou ao poder, anunciou que o seu governo promoveria as relações familiares estáveis, embora tenha preferido não falar abertamente de casamento. O CSJ pediu-lhe que deixasse clara a opção preferencial pelo casamento sobre as uniões de facto e que a fomentasse com uma política fiscal mais favorável para as uniões com matrimónio. No entanto, como recorda o CSJ, três anos depois, a promessa dos incentivos fiscais para os matrimónios ainda não se concretizou, embora o CSJ reconheça os méritos do programa *Troubled families* para ajudar famílias em risco de desestruturação.

Muitas vezes, o partido conservador deitou as culpas à falta de apoio do seu aliado liberal democrata por não ter proposto mais reformas destinadas a favorecer o casamento. Com a recente aprovação do casamento homossexual, o partido conservador acabou por trair a sua aposta no modelo de família que mais benefícios sociais e económicos têm demonstrado ter.

O relatório do CSJ, embora não mencione o casamento homossexual, critica os conservadores por se terem deixado levar pela doce retórica dos “diversos modelos de família”. “Dizer que o tipo de família é irrelevante não é de toda verdade e, no final, acaba por ser contraproducente. Devemos amadurecer o nosso discurso político sobre a família”.

## Falta de modelos masculinos

Um dos aspetos derivados da epidemia familiar britânica é o desaparecimento progressivo da figura do pai. Em quase 90% dos lares monoparentais, a família é formada pela mãe e pelos filhos.

À ausência do pai na família, junta-se a falta de professores, especialmente na escola primária. Segundo os dados do CSJ, 25% das escolas britânicas não têm um único professor do sexo masculino nos seus quadros, e 80% dos centros públicos de ensino primário contam com três ou menos.

O relatório do CSJ cita numerosos estudos que mostram a repercussão negativa nos filhos da falta de um pai no lar.

F. R.-B.

(com autorização de [www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))